

CONSULTA PÚBLICA

INTERSETORIALIDADE: RECOMENDAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Antecedentes

O tema da intersectorialidade tem sido recorrente no âmbito da formulação de políticas públicas em geral e, na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), em particular, e compreendido como um dispositivo que pode propiciar encontros, escuta e alteridade entre os setores e atores sociais, ajudar a explicitar interesses divergentes, tensões, buscar (ou reafirmar a impossibilidade) de convergências possíveis, evitar duplicidade de ações e buscar integrações orçamentárias para projetos prioritários, articulando recursos, ideias e talentos e melhorar a resolutividade de problemas e desafios atuais.

Nem sempre buscar outros parceiros para resolver uma situação que aparentemente afeta a um setor tem a potência necessária para uma resolução sustentável e perene do problema complexo ou perverso identificado. Por isso, a ação intersectorial demanda um grau de solidariedade, generosidade e visão sistêmica para reconhecer o que cada um pode oferecer para enfrentar esses enormes desafios.

Em síntese, há que se buscar possíveis convergências em relação: ao conceito de intersectorialidade; ao exercício de negociação entre setores; à precisão de sua indicação como estratégia de resolução de problemas complexos ou perversos; à concepção de um desenho avaliativo; e à constituição de experiências que carregam potência de durabilidade.

Nos documentos de construção e embasamento do ideário do Sistema Único de Saúde (SUS) a articulação intersectorial é recomendada, para tornar cada vez mais visível, que o processo saúde-adoecimento é decorrente de múltiplos determinantes, e para a necessidade de convocar os outros setores na implementação de práticas de promoção da saúde. Promoção da saúde, de uma ampla perspectiva, significa incremento ou melhoria da vida com qualidade, informada por uma concepção ampla do processo saúde-doença e sua determinação social, pressupõe uma combinação de ações em rede, desenvolvidas de forma conjunta por diferentes setores do governo e da sociedade civil e toma como

referência um conjunto de valores pelos quais se deve lutar na direção de uma sociedade equânime, mais justa e solidária.

A que se destina esta Consulta Pública?

A Carta Acordo SCON2022-00440 celebrada entre o Cepedoc Cidades Saudáveis (<https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/>) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), com a interveniência do Ministério da Saúde, tem como objetivo geral “*Produzir recomendações de práticas intersetoriais para a promoção da saúde*”.

Com 24 meses previstos para sua execução, o primeiro objetivo específico “*Produzir um documento que contenha recomendações de práticas intersetoriais para a promoção da saúde*” terá sido cumprido após ser submetido a esta ampla Consulta Pública.

Dez procedimentos metodológicos já foram realizados, nos primeiros 12 meses do Projeto (Ver Anexos 1 e 2). O texto submetido a esta Consulta Pública complementa os passos do percurso metodológico referente às etapas realizadas e aquelas ainda não finalizadas (etapas 11 e 12).

Após entrega e aprovação do “Documento Final das Recomendações”, as próximas etapas do Projeto estarão organizadas para cumprir o segundo objetivo específico que será a construção de um dispositivo para favorecer a implementação das recomendações de práticas intersetoriais para a promoção da saúde para gestores e profissionais.

Quem pode contribuir nesta Consulta Pública?

Convidamos gestores, gestoras, profissionais de todos os setores de políticas públicas, cidadãos e cidadãs, a colaborarem com comentários no texto das recomendações de práticas intersetoriais para a promoção da saúde. Contamos com a sua participação e agradecemos seu interesse na construção de práticas intersetoriais que contribuam na melhoria das condições de vida da população.

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), não deverão ser mencionados dados pessoais como nome completo, CPF, RG, matrícula de entidade de classe e afins, foto de documento pessoal, e-mail, telefone, assinatura manuscrita e endereço.

Como participar?

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data útil subsequente à de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições e sugestões de inclusões ou mudanças, devidamente fundamentadas. As “Recomendações” e o “Como realizá-las”, objetos desta Consulta Pública, estão organizadas em Formulário Específico e estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: [https://bit.ly/Consulta Pública Intersetorialidade](https://bit.ly/Consulta_Pública_Intersetorialidade)

As contribuições devem ser feitas diretamente no campo específico em cada item do formulário correspondente à recomendação que deseja contribuir, para que sejam consideradas na análise técnica realizada após o encerramento do prazo para recebimento de contribuições. A avaliação das propostas será sistematizada em Relatório e as devolutivas serão fornecidas posteriormente.

Foram disponibilizados para Consulta, para facilitar a compreensão do percurso da elaboração do texto, a íntegra dos seguintes documentos: Anexo 1: Imagem síntese do Percurso Metodológico e Anexo 2: Quadro síntese do Percurso Metodológico (acesse no [link](#)).

Foco da presente Consulta Pública

O foco desta Consulta Pública são as “recomendações” propostas e “como realizá-las”, o que é apresentado abaixo.

É importante que você saiba que essas recomendações foram propostas para facilitar a realização de ações intersetoriais, portanto não são uma lista de exigências, ou seja, só seria possível propor e pactuar as referidas ações se todos os itens fossem contemplados. Assim como não são exaustivas, pode ser que na sua realidade outros elementos possam contribuir para o êxito da ação intersetorial. Esperamos que as recomendações, os porquês e os comos sirvam de ponto de partida para facilitar os debates, propostas e pactuações das ações intersetoriais.

Recomendações de práticas intersetoriais para a promoção da saúde.

- 1. Desenvolver uma visão compartilhada da situação a ser enfrentada.**
- 2. Considerar as políticas existentes e conquistar o apoio político.**
- 3. Criar uma combinação eficaz de diferentes parceiros e estratégias para mantê-los envolvidos.**
- 4. Usar uma abordagem integrada e metodologicamente planejada.**
- 5. Organizar estruturas comuns de governança.**
- 6. Garantir recursos para sustentar a colaboração.**

1. Desenvolver uma visão compartilhada do problema a ser enfrentado.

Por quê?

Uma visão comum ajuda a alinhar os objetivos, metas e processos de diferentes setores e partes interessadas; facilita a comunicação e a colaboração entre os diversos participantes; e contribui para uma compreensão compartilhada dos desafios e das soluções propostas. Explicitar uma intencionalidade comum sobre o problema a ser enfrentado reduz a probabilidade de mal-entendidos e assegura que todos os envolvidos tenham uma compreensão clara do propósito, das metas e das ações intersetoriais. Pactuar metas e objetivos comuns sobre o problema é essencial para envolver todos os setores. Quando as partes compartilham uma visão comum, estão mais propensas a se envolverem ativamente nas iniciativas e a trabalharem de maneira colaborativa.

Como?

- 1.1** Concordar com a colaboração intersetorial como uma das estratégias para enfrentar o problema.
- 1.2** Promover um diálogo aberto e colaborativo entre os diferentes setores.
- 1.3** Estimular a troca de ideias, perspectivas e experiências para construir um consenso em torno da visão comum.
- 1.4** Compartilhar uma visão comum das normas, princípios e valores que irão orientar a ação.
- 1.5** Garantir que a liderança da ação intersetorial seja aceita por todas as partes.
- 1.6** Considerar a realização de oficinas, fóruns ou outras atividades incluídas e participativas.
- 1.7** Reconhecer que as relações de poder são desiguais entre os setores e atores envolvidos, com lógicas, orçamentos, processos de trabalho e de gestão que podem ser diferentes.

2. Considerar as políticas existentes e conquistar o apoio político.

Por quê?

Ao considerar as políticas existentes, as ações intersetoriais podem ser alinhadas com as estratégias e prioridades governamentais já estabelecidas. Relacionar as metas de colaboração às principais políticas vigentes, também pode favorecer o apoio político para a ação. Esse apoio pode ser traduzido no reconhecimento e valorização da prática intersetorial. A conquista de apoio político, por sua vez, ajuda na obtenção de recursos financeiros e estruturais necessários para implementação da ação intersetorial. Isso facilita a utilização de recursos materiais e financeiros, assim como a gestão de pessoas na busca do êxito da ação intersetorial, evitando a duplicação de esforços.

Como?

2.1 Realizar a análise do contexto político e social, identificando as políticas de saúde existentes, prioridades governamentais e atores envolvidos.

2.2 Compreender como essas políticas se alinham ou podem ser integradas às ações intersetoriais planejadas.

2.3 Identificar o financiamento público previamente estabelecido (nos instrumentos de gestão) para políticas que suportam a manutenção da ação intersetorial.

2.4 Propor ações condizentes ao plano de governo e planos setoriais, por exemplo, ao Plano Municipal/Estadual de Saúde e utilizá-los para justificar a necessidade do trabalho intersetorial.

2.5 Aproveitar janelas de oportunidades, por exemplo, Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Cidades Saudáveis, etc.

3. Criar uma combinação eficaz de diferentes parceiros e estratégias para mantê-los envolvidos.

Por quê?

Diferentes parceiros trazem conhecimentos e experiências diversas para a ação intersetorial. A colaboração com parceiros de diversos setores pode abrir portas para uma variedade de recursos, incluindo financiamento, infraestrutura, conhecimento técnico e tecnológico. Isso amplia a capacidade de implementação das ações intersetoriais.

Parcerias desempenham um papel fundamental na implementação eficaz de ações intersetoriais. O envolvimento de parceiros locais e comunitários garante a apropriação local das iniciativas, a legitimidade e a aceitação das ações. Tais aspectos podem contribuir para aumentar as chances de sucesso e sustentabilidade da parceria.

Como?

3.1 Mapear os possíveis parceiros (setores e atores) interessados no problema.

3.2 Mobilizar e envolver parceiros estratégicos.

3.3 Aproveitar parcerias existentes e as redes de colaboração disponíveis.

3.4 Envolver representantes da comunidade desde o início.

3.5 Investir tempo para criar novas parcerias.

3.6 Monitorar conflitos de interesse entre os parceiros.

3.7 Pactuar a colaboração evidenciando os papéis, responsabilidades, contribuições e expectativas de cada parceiro.

3.8 Criar estratégias de comunicação eficazes para manter todos os parceiros informados e engajados ao longo do processo.

3.9 Organizar reuniões e oficinas colaborativas para facilitar o entendimento mútuo, construir relações e estimular a colaboração.

4. Usar uma abordagem integrada, metodologicamente planejada.

Por quê?

Uma abordagem integrada é fundamental para evitar a fragmentação na implementação de políticas públicas. Um planejamento adequado ajuda a definir os objetivos e metas das ações intersetoriais. Isso permite que todos os envolvidos tenham uma compreensão comum do que está sendo buscado e trabalhem de forma coordenada para alcançá-lo. Além disso, permite a implementação de estratégias de avaliação e monitoramento para acompanhar o progresso das ações intersetoriais, identificar desafios e oportunidades, e ajustar as estratégias conforme necessário ao longo do tempo.

Como?

4.1 Realizar uma análise abrangente do contexto da ação, identificando os principais desafios, determinantes sociais da saúde e lacunas existentes no território.

4.2 Definir objetivos, metas comuns e indicadores de monitoramento e avaliação para as ações intersetoriais.

4.3 Elaborar planos de ação detalhados, especificando as atividades, responsabilidades, prazos e recursos necessários.

4.4 Realizar atividades participativas como reuniões comunitárias, consultas públicas, entre outras.

4.5 Identificar a capacidade institucional para pactuar e implementar as ações (equipe suficiente e qualificada, recursos materiais e comunicacionais).

4.6 Capacitar os profissionais envolvidos nas ações intersetoriais, proporcionando oportunidades de ações educativas relacionadas ao tema e às suas responsabilidades.

4.7 Utilizar sistemas de informação para coletar, analisar e compartilhar dados relevantes.

4.8 Registrar as experiências, aprendizados, resultados e boas práticas ao longo do processo.

4.9 Disseminar as informações e lições aprendidas para outros públicos e contextos.

4.10 Valorizar o aprendizado processual (reconhecer que sair do planejado pode ser necessário e trazer questões relevantes).

4.11 Reconhecer e valorizar as ações propostas e realizadas por iniciativas e protagonismos individuais de profissionais ou equipes.

4.12 Incluir métodos de pesquisa e intervenções que tragam dados, informações, potencialidades e limitações da ação intersetorial.

4.13 Traçar um mapa conceitual para apoiar um percurso coletivo na tomada de decisão sobre a prática intersetorial.

5. Organizar estruturas comuns de governança.

Por quê?

Governança vem do vocábulo “dar direção”. Não há governança sem o estado, mas só o estado não garante uma direção comum. Portanto, estruturas de governança para a ação intersetorial precisam conter distintas redes de parceiros em diálogo permanente na busca do comum. Organizar estruturas comuns de governança facilita a formalização, implementação das ações de maneira integrada, o alinhamento de objetivos comuns, a coordenação e a comunicação eficiente entre os diferentes setores envolvidos. Estruturas de governança proporcionam um espaço para a tomada de decisão colaborativa, o que promove a participação ativa de todos os envolvidos na definição de estratégias e na resolução de desafios. Elas ajudam a manter o engajamento contínuo dos parceiros e a assegurar a continuidade das iniciativas mesmo diante de mudanças políticas. Além disso, estruturas comuns de governança proporcionam mecanismos para prestação de contas, estabelecendo responsabilidades claras para cada setor e parceiro envolvido.

Como?

5.1 Estabelecer transparência em relação aos mecanismos de tomada de decisão e prestação de contas que envolvam todos os parceiros.

5.2 Incluir comitês gestores para a ação intersetorial, grupos de trabalho ou outras estruturas que permitam a participação ativa e a influência de todos os envolvidos.

5.3 Criar mecanismos formais de coordenação entre os diferentes setores e parceiros envolvidos.

5.4 Desenvolver acordos de colaboração formais, delineando as responsabilidades, recursos compartilhados e compromissos de cada parceiro.

5.5 Pactuar procedimentos para organizar as reuniões.

5.6 Incluir mecanismos de tomada de decisão compartilhada, com todos os parceiros tendo voz e vez na discussão e definição de estratégias.

5.7 Elaborar um plano de comunicação eficaz para garantir a troca contínua de informações entre os parceiros.

5.8 Desenvolver práticas de monitoramento e avaliação para medir o progresso e resultado das ações intersetoriais.

5.9 Garantir a participação social com o envolvimento da sociedade civil na estrutura de governança por meio de espaços de diálogo e pactuação.

5.10 Elaborar e compartilhar protocolos e fluxos intersetoriais.

6. Garantir recursos para sustentar a colaboração.

Por quê?

A colaboração intersetorial exige compromisso, mobilização, engajamento de pessoas, e muitas vezes exige recursos financeiros e comunicacionais para implementar suas ações de forma sustentável. Garantir recursos financeiros adequados favorece a

continuidade das iniciativas ao longo do tempo, evitando interrupções devido a restrições orçamentárias. A utilização desses recursos deve ser transparente e justa para todos os parceiros institucionais e da sociedade civil.

Como?

6.1 Descrever os recursos necessários para a ação

6.2 Recursos comunicacionais:

6.2.1 Criar e apoiar estratégias de divulgação e visibilidade dos processos e resultados para ganhar legitimidade e apoio;

6.2.2 Planejar múltiplas estratégias e dispositivos comunicacionais e linguagens para difundir informações;

6.3 Recursos financeiros:

6.3.1 Buscar formas de ampliar o orçamento e o financiamento no planejamento intersetorial;

6.3.2 Criar e desenvolver mecanismos que contribuam para que a setorização das rubricas dos orçamentos públicos não comprometa a ação intersetorial.

6.4 Recursos para gestão de pessoas:

6.4.1 Desenvolver processos de educação permanente entre os setores e atores envolvidos;

6.4.2 Buscar a estabilidade ou a garantia de continuidade dos envolvidos nas políticas, programas e ações para que não haja interrupções (longitudinalidade necessária em questões complexas);

6.4.3 Garantir o desenvolvimento da qualificação e construção de competências para os profissionais estarem aptos e receptivos para operar um trabalho que exige mediação e sinergia.

ANEXO 1 - Imagem síntese do Percurso Metodológico



ANEXO 2 - Quadro síntese do Percurso Metodológico

Acesso pelo link:

<https://drive.google.com/file/d/11gmAgTBAduSImgWWtITeyMaqrxSnXojh/view?usp=sharing>